



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

149,

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332497-6

APELANTE: Erivaldo Feliciano Silva e Moysés Ferreira da Silva

APELADA: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 59/04. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. APELO PROVIDO. 1. A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de percepção, pelos autores/apelantes, em seus proventos, da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/04. 2. Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória em lume. 3. O pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 4. De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, “e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo”. 5. Deveras, observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem “as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96”, compreendendo todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. 6. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que “O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar”). 7. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar nº 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação “aos proventos ou pensões dos referidos militares”, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 8. Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma ordem de



150

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

*grandeza*). 9. É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si. 10. Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde. 11. Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas. 12. Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*. 13. Por isso, atendendo à regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *'tempus regit actum'*), impõe-se a inclusão das vantagens de caráter geral, a exemplo da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador. 14. Nesse contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade estrita, eis que não se trata de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *'tempus regit actum'*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 15. Desse modo, o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97, da CF/88). Precedentes do STF. 16. Apelo provido, para o fim de reformar a sentença de primeiro grau, assegurando ao autor/apelante o direito à inclusão da gratificação de risco de policiamento ostensivo na base de cálculo de seus proventos. 17. Fixados os honorários de sucumbência, a serem suportados pela Fazenda Pública, em 5% (cinco por cento) do valor da condenação, apurada em liquidação.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0332497-6, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332497-6

APELANTE: Erivaldo Feliciano Silva e Moysés Ferreira da Silva

APELADA: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 77/78-vº) prolatada pelo Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da **Ação Ordinária** nº 0050659-11.2013.8.17.0001, que julgou improcedente *prima facie* a pretensão dos autores, ora apelantes, consistente na percepção da **Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo** em seus proventos de inatividade, sob o fundamento de que inexistia o caráter de generalidade da norma instituidora.

Na inicial, os autores/apelantes, policiais militares inativos da PMPE, invocaram o direito à percepção da integralidade de seus proventos, nos termos do art. 40, § 8º, da CF/88, especificamente no tocante à referida **Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo**, ante o caráter geral da mesma, e bem assim o pagamento das diferenças acumuladas e alegadamente não pagas pela entidade previdenciária, a partir da vigência da LC nº 59/2004.

Em sede de apelo às fls. 80/99, os ora apelantes pugnaram pela reforma da sentença *a quo*, alegando, em suma, que o entendimento amplamente consolidado neste Tribunal de Justiça é no sentido de que a gratificação em lume é de caráter geral, ou seja, de aplicação uniforme, sendo abrangidos pelo art. 2º da LC nº 59/2004 todos os tipos de atividade policial militar.

Nas contra-razões, defendeu a Fazenda Pública (fls. 105/109) a manutenção da sentença, alegando que a gratificação de risco de policiamento ostensivo teria caráter estritamente condicional, provisório e precário, eis que somente auferida pelos Policiais Militares no desempenho efetivo das atividades especiais e de risco estatuidas pelo art. 2º da LCE nº 59/2004, não sendo sequer paga a todos os militares da ativa, pelo que restaria inextensível aos proventos/pensões dos aposentados e pensionistas, nos termos do art. 14 do referido diploma complementar.

A douta Procuradoria de Justiça com assento neste Tribunal opinou pela suspensão da tramitação do recurso até o julgamento do incidente de inconstitucionalidade do art. 14 da LCE nº 59/2004 perante a Corte Especial.

É o relatório, no essencial. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 13 de maio de 2014.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

151

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332497-6

APELANTE: Erivaldo Feliciano Silva e Moysés Ferreira da Silva

APELADA: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de percepção, pelos autores/apelantes, em seus proventos, da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/04.

Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória em lume.

O pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

Pois bem.

A discussão de fundo já se encontra consolidada no plano local, consoante demonstram os precedentes a seguir, deste Tribunal:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. ART. 40 CF/1988. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA. PROPTER LABOREM. IMPOSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL. BOMBEIROS MILITARES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Pleiteia-se a o pagamento das pensões por morte nos valores que seriam devidos aos ex-servidores caso em atividade, incluindo-se as gratificações de Jornada Extra, de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como a de Risco de Atividade de Defesa Civil. 2. A Gratificação de Jornada Extra de Segurança se refere à realização de trabalhos específicos, caráter propter laborem, portanto, inextensível aos inativos. 3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, tem caráter de generalidade, de tal forma que deve ser estendida aos inativos. 4. Quanto à Gratificação Risco de Atividade de Defesa Civil, encontra-se prevista na Lei Complementar nº 059/2004, cujo art. 12 dispõe que tão-somente se aplica aos bombeiros militares que cumprirem determinados requisitos. Não é o caso. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido - À Unanimidade.” (Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008). (grifos nossos)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, §5º, DA CF/88. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

152

PREVIDENCIÁRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Em se tratando de matéria de benefício previdenciário, por sua natureza alimentar, não se aplicam os óbices legais à concessão de liminares contra a Fazenda Pública. 2. No caso, a gratificação estendida e mantida aos proventos da embargada foi a concernente ao Policiamento Ostensivo. 3. Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga aos pensionistas e inativos. 4. Embargos conhecidos para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 40, §§ 7º e 8º, 100, 169 e 195, § 5º, da CF/88, 730 do CPC, 2º-B, da Lei nº 9.494/97, Lei Complementar Estadual nº 59/04, Lei Estadual nº 11.327/96 e Súmula 729 STF. 5. Aclaratórios rejeitados por unanimidade." (Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008). (grifos nossos).

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, *"e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo"*.

Deveras, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem *"as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96"*, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que **atuam na própria atividade-fim** da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que *"O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar"*).

De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação *"aos proventos ou pensões dos referidos militares"*, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do **exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais**, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma *ordem de grandeza*).

É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

153

Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde.

Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas.

Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*.

Por isso, atendendo à regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *'tempus regit actum'*), impõe-se a inclusão das vantagens de caráter geral, a exemplo da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador.

Nesse contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade estrita, eis que não se trata de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *'tempus regit actum'*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

Desse modo, o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97, da CF/88).

Nesse sentido seguem as seguintes decisões monocráticas, proferidas por Ministros do Supremo Tribunal Federal **em casos idênticos**:

**"RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. NATUREZA JURÍDICA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. 1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

154

suscitada" e "O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. **O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço.** Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. 7. In casu, o acórdão recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, 'e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo'. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem 'as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96', compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo a que se nega seguimento.

(...)

Por fim, não há falar em violação ao artigo 97 da Constituição Federal, por inobservância da cláusula de reserva de plenário, pois não se verifica declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Neste sentido, menciono os seguintes julgados:

**"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. 1) Vantagem de caráter geral: extensão aos inativos. Precedentes. 2) Natureza da gratificação. Impossibilidade de análise de legislação local. Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. 3) Ausência de contrariedade ao art. 97 da Constituição da República. 4) Agravo regimental ao qual se nega provimento."** (ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012)

(...)

Ex positis, nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Int.. (ARE 686995, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 15/06/2012, publicado em DJe-122 DIVULG 21/06/2012 PUBLIC 22/06/2012)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

155,

**DECISÃO GRATIFICAÇÃO – NATUREZA – EXTENSÃO – POSSIBILIDADE – AGRAVO DESPROVIDO.** 1. Incumbe ao agravante atentar para as balizas do acórdão impugnado mediante o extraordinário. A Corte soberana no exame da lei local e dos fatos dela decorrentes registrou que a **Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo** foi genérica quanto aos destinatários, podendo ser estendido aos pensionistas e inativos. Ora, está-se diante de controvérsia cujo encerramento fica no âmbito da jurisdição do Estado federado. **Não há questão constitucional a ser dirimida.** 2. Conheço deste agravo e o desprovejo. 3. Publiquem. Brasília, 13 de abril de 2011. Ministro **MARCO AURÉLIO** Relator (AI 782724, Relator(a): **Min. MARCO AURÉLIO**, julgado em 13/04/2011, publicado em DJe-077 DIVULG 26/04/2011 PUBLIC 27/04/2011)

**DECISÃO:** vistos, etc. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão obstativa de recurso extraordinário, este interposto com suporte na alínea “a” do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Acórdão assim ementado (fls. 119):

**“RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE, NELA INCLUÍDA A GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. RECURSO IMPROVIDO.** 1. O pedido deduzido na ação mandamental de origem tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica no STF. 2. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não havendo, pois, violação ao art. 97 da Carta Magna. 3. Ademais disso, os arts. 2º e 8º da Lei Estadual nº 59/04 apontam no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. 4. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação “aos proventos ou pensões dos referidos militares”, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais em a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 5. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade da pensão da agravada. 6. A decisão vergastada deixou claro o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça quanto à incorporação da gratificação de risco de policiamento ostensivo – conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04 – aos inativos e pensionistas, em virtude do seu caráter geral, fazendo para tanto, referência a julgados de ambas as Câmaras Fazendárias. 7. Manutenção da decisão agravada, por seus próprios fundamentos, não elididos pelas razões recursais. 8. Recurso de Agravo improvido, à unanimidade.”

2. Pois bem, a parte agravante sustenta violação ao inciso X do art. 37, aos §§ 7º e 8º do art. 40, bem como ao art. 97 da Magna Carta de 1988.

3. Tenho que o agravo não merece acolhida. Isso porque, para se chegar a conclusão diversa da adotada pela instância judicante de origem, se faz necessário o reexame da legislação local





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

156  
r

*aplicada à espécie. Tal providência, contudo, é vedada neste momento processual, conforme a Súmula 280/STF.*

*4. No mesmo sentido, veja-se o AI 795.765-AgR, sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia.*

*5. De mais a mais, ressalto que a suposta afronta ao princípio da cláusula de reserva de plenário, inscrita no art. 97 da Constituição da República, é despicienda, dado que o aresto impugnado não afastou a aplicação de lei ou ato normativo do Poder Público.*

*Isso posto, e frente ao art. 557 do CPC e ao § 1º do art. 21 do RI/STF, nego seguimento ao agravo. Publique-se. Brasília, 05 de abril de 2011. Ministro AYRES BRITTO Relator*

*(AI 813018, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 05/04/2011, publicado em DJe-093 DIVULG 17/05/2011 PUBLIC 18/05/2011).".*

Acrescento, ainda, as seguintes decisões colegiadas:

**Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilado, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. 7. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgão de Direção Executiva**



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

15+

(Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 686995 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/08/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 12-09-2012 PUBLIC 13-09-2012)

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. 1) Vantagem de caráter geral: extensão aos inativos. Precedentes. 2) Natureza da gratificação. Impossibilidade de análise de legislação local. Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. 3) Ausência de contrariedade ao art. 97 da Constituição da República. 4) Agravo regimental ao qual se nega provimento.**

(ARE 676661 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 24/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 15-05-2012 PUBLIC 16-05-2012)

Ante o exposto, **dou provimento** ao apelo, para o fim de reformar a sentença de primeiro grau, assegurando aos autores/apelantes o direito à inclusão da **gratificação de risco de policiamento ostensivo** na base de cálculo de seus proventos.

As diferenças pretéritas deverão observar a prescrição quinquenal, não alcançando, portanto, as parcelas anteriores ao quinquênio imediatamente antecedente à data da propositura da ação.

Fixo os honorários de sucumbência, a serem suportados pela Fazenda Pública, em 5% (cinco por cento) do valor da condenação, apurada em liquidação.

É o voto.

Recife, 22 de maio de 2014.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator